

## Apresentação

**DOI: 10.5965/1984723819402018004**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723819402018004>

Catarina Moro  
Elena Mignosi

O Dossiê **Avaliação e Currículo em Educação Infantil: Diálogos entre Itália e Brasil**, que ora partilhamos com os leitores da Revista Linhas foi tecido numa rica parceria entre muitos interlocutores, que têm realizado estudos e pesquisas, no Brasil e na Itália, no campo da educação infantil, com interesse particular na qualidade da oferta do atendimento às crianças pequenas e suas famílias e, que nessa publicação, se traduzem em artigos acerca do currículo e da avaliação desta etapa da educação básica.

A trajetória da educação infantil em cada país tem vicissitudes próprias e nesse sentido não há intenção de comparar as práticas educativas vivenciadas nos diferentes contextos nacionais. Outrossim, nos interessa partilhar as escolhas e ênfases que pesquisadores e professores de ambos os países têm feito no intuito de melhor contribuir para o enriquecimento das discussões e das realizações em termos de políticas públicas e das práticas pedagógicas relativas aos serviços educativos às crianças com até 6 anos, em creches e pré-escolas.

No Brasil, o debate sobre o currículo da educação infantil, tanto quanto sobre avaliação, tem estado no cerne das preocupações em âmbito nacional, pelas muitas disputas de concepções nem sempre explicitadas e, que acabam por incorrer em tomadas de decisão, por parte dos governos, que algumas vezes desconsideram e se contrapõem

ao corpo de conhecimentos já produzidos nas universidades e centros de pesquisas, defendidos por organizações profissionais e de diferentes movimentos sociais que defendem os direitos das crianças. Dispositivos recentes da esfera legislativa - Plano Nacional de Educação e leis que alteraram a LDB (Lei nº 12.796, de 2013; Lei nº 13.415, de 2017, respectivamente, exigindo uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica e que os currículos de formação de docentes tenham por referência tal Base) –, assim como expectativas, disposições e proposições da esfera pedagógica têm sustentado posicionamentos e novas tomadas de decisão, não necessariamente coerentes, unânimes e em sintonia.

Cabe registrar o quanto a Educação Infantil, como campo da prática social no Brasil, tem sofrido com retrocessos, sobretudo recentemente. Ainda que com a descentralização do sistema educacional brasileiro, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, a oferta deste segmento tenha sido municipalizada, os municípios dependem grandemente de subsídios dos programas federais, principalmente aqueles pequenos. Assim, a suspensão/cancelamento do PNBE<sup>1</sup>, que destinou livros de literatura de qualidade para os estabelecimentos públicos de Educação Infantil entre 2008 e 2012 e, do PROINFÂNCIA<sup>2</sup>, que previa aporte financeiro do governo federal na construção de novas unidades, impactam na expansão de matrículas e na melhoria da qualidade do trabalho pedagógico. Neste ano, a publicização do “Edital PNLD 2018 Literário”<sup>3</sup>, representa outro empobrecimento, pois pressupõe grosseiramente uma alteração na concepção do trabalho com a literatura para e com as crianças pequenas, de uma proposta de fruição e de encantamento pela leitura para uma proposição redutiva, “didatizante” que

---

<sup>1</sup> Programa Nacional Biblioteca da Escola. A fim de ver discussões acerca do programa, consultar: AMARILHA, Marly; SILVA, Sayonara Fernandes da. Política de leitura na Educação Infantil: da gestão ao leitor. **Pro-Posições**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 93-114, ago. 2016. FERNANDES, Célia Regina Delácio. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006-2014. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 51, p. 221-244, ago. 2017. Para acessar informações institucionais a respeito, ver: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/apresentacao>>.

<sup>2</sup> Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil. A fim de ver discussões acerca do programa, consultar: SOUZA, Donaldo Bello de et al. Regime de colaboração e educação em tempo integral no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 540-561, jun. 2017. Para acessar informações institucionais a respeito, ver: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>>.

<sup>3</sup> Para acessar o Edital: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/11568-edital-pnld-liter%C3%A1rio>>.

categoriza a literatura em temas consuetudinários (questões bem discutidas por Belmiro, Baptista e Galvão (2017)); os exemplos são vários, infelizmente.

Há também riscos de outros recuos perante as árduas e históricas conquistas da área, como: a pertença da educação das crianças de 0 a 3 anos à área da Educação, sempre à mercê de insuficientes recursos orçamentários e, na atualidade, subliminarmente ameaçada de retroceder para as áreas social ou de assistência, com a obrigatoriedade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos; a instituição da carreira docente como a profissão para todo/a profissional que atua na função de cuidar e educar as crianças neste segmento, tanto para a etapa de creche como de pré-escola, se vê cominada pelo ressurgimento de concursos para cargos de auxiliar, para o qual não há exigência de formação profissional específica e não há comprometimento com uma remuneração de acordo com o piso salarial nacional<sup>4</sup>, sem esquecermos que em alguns municípios persistem diferentes carreiras, mesmo em antagonismo ao preconizado pela LDB desde 1996. Os trabalhos de Vieira e Souza (2010), Buss-Simão e Rocha (2017) e Nunes, Corsino e Kramer (2013) evidenciam a prevalência da existência de profissionais de carreiras, *status* e responsabilidades/atribuições distintas, com formação diferenciada e, em geral, tais aspectos são alguns dos indicativos da precarização do trabalho docente na Educação Infantil. O dilema da existência de mais de uma carreira para atuação docente com as crianças pequenas, com até seis anos, não tem sido enfrentado e, além de manter as desigualdades profissionais, compromete a ação pedagógica. Ao mesmo tempo, tais trabalhos referem uma demanda permanente e em progressão por formação profissional e cultural das e dos profissionais docentes, professores ou não. Lembrando com Nunes, Corsino e Kramer (2013, p. 173) a importância de “ressaltar a ilegalidade de contratação de auxiliares com função docente. A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, exige a presença de professor junto aos grupos de crianças.”

Quanto à Itália, durante o último ano, houve mudanças significativas com a entrada em vigor, em 31 de maio de 2017, do Decreto Legislativo n.º 65 (incluído na Lei 107 de 2015), relativo à instituição do sistema integrado de educação, do nascimento aos seis

---

<sup>4</sup> Instituído pela Lei n.º 11.738, de 2008, referente ao pagamento do piso para professores da educação básica pública, seja para professor da Educação Infantil ou professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

anos. Para entender melhor a extensão dessas mudanças, que tomarão forma nos próximos anos, é necessário lembrar algumas características do contexto italiano até o momento. Na Itália, a pré-escola (para crianças entre três e seis anos) e a creche (para crianças até os três anos) tiveram trajetórias separadas, exceto em algumas regiões do Centro-Norte onde foram efetivadas experiências de gerenciamento interligado pelas autoridades locais. Ambos os serviços educacionais não são obrigatórios, mas a pré-escola entrou no setor de educação nacional em 1968 (Lei 444) e desde 1991 prevê a formação universitária para os professores, enquanto as creches, instituídas no ano de 1971, com a Lei 1044, são administradas pelos municípios ou entidades privadas, até o momento não regulamentadas por leis regionais e, em termos de formação para os educadores, não era necessário um curso universitário. Isto levou a grandes diferenças entre as regiões italianas no que diz respeito à qualidade, quantidade e distribuição de serviços e, por razões históricas e políticas, também grandes diferenças entre o Norte e o Sul da Itália. Ao longo do tempo, diferentes concepções foram desenvolvidas a respeito da função dos dois tipos de serviços, de modo que, enquanto as creches são, em princípio, caracterizadas por uma atenção predominante aos cuidados, as pré-escolas parecem oscilar entre diferentes modelos e concentram-se nas aprendizagens preparatórias para a escola primária (o próximo segmento escolar), a fim de alcançar um maior reconhecimento social e um estatuto de "escola".<sup>5</sup> Isso também envolveu uma concepção diferente de criança nos três primeiros anos de vida, comparada com a de uma criança entre as idades de três e seis anos, e notou-se uma descontinuidade que teve consequências circulares no campo pedagógico e nas experiências das próprias crianças.<sup>6</sup>

A partir desse breve quadro, podemos destacar as dificuldades históricas, culturais e organizacionais que os serviços educacionais para as crianças na Itália têm de enfrentar, a fim de adotar uma perspectiva de continuidade, tanto em relação ao currículo quanto à

---

<sup>5</sup> Isso também se evidencia nos percursos formativos para professores de pré-escola e da escola primária (o que corresponde ao ensino fundamental no Brasil) que atualmente prevê uma formação universitária conjunta de cinco anos.

<sup>6</sup> Deve-se notar que a perspectiva escolarizante em relação à pré-escola também deriva do Ministério da Educação. Não é o caso de nos alongarmos, mas basta pensar, que, em termos organizacionais, existem salas/turmas com 25-30 crianças (mesmo quando se trata de crianças com três anos de idade) e a presença de apenas um professor na maior parte ao longo da jornada escolar.

avaliação da qualidade dos próprios serviços, bem como os esforços econômicos que teriam que ser enfrentados para a sua distribuição justa em todo o país.

O Decreto Legislativo n.º 65/2017 abre, definitivamente, novas perspectivas, mas traz com ele 'novos riscos' relacionados com a falta de clareza em algumas áreas, e uma evidente indecisão política a respeito de uma reforma estrutural real, e de um lado está a falta de um projeto orgânico (e, portanto, também de uma avaliação da eficácia do que está planejado para ser implementado), e de outro lado, há falta de financiamento apropriado com respeito às intenções declaradas.

A reforma adota a perspectiva de continuidade no percurso zero-a-seis que, além do currículo, envolve também a ideia de uma criança nessa faixa etária. Nesse sentido, também delinea uma identidade peculiar desse segmento educacional, embora esteja em continuidade também com a escola primária. Prevê uma coordenação pedagógica e a construção de contextos de interação e coerentemente integrados entre si, embora não esteja claro do ponto de vista organizacional como fazer interagir os setores, público, e privado e, quais podem ser concretamente as modalidades de correlação e interdependência em vários níveis (metodológicos, curricular, estrutural).

Quanto às creches, ainda permite que as regiões definam os parâmetros estruturais e organizacionais e, inversamente, não indica como a perspectiva de continuidade pode se concretizar em mudanças estruturais e organizacionais nas pré-escolas estatais, sujeitas a normativas diversas. Um ponto fraco continua sendo o relativo à formação universitária que finalmente se tornou obrigatória para quem trabalha com as crianças bem pequenas, mas para os educadores das creches é de apenas três anos, enquanto para os professores da pré-escola tem uma duração de cinco anos: isso indica implicitamente uma descontinuidade nas competências pedagógicas necessárias para as diferentes faixas etárias e cria dificuldades no diálogo e no reconhecimento mútuo. Além disso, também enfatiza uma concepção cultural precisa sobre as próprias crianças, suas especificidades e suas necessidades nas diferentes fases da vida.

Em última análise, esta é uma questão em aberto: nos próximos anos, diferentes caminhos podem ser tomados, a complexidade é alta e há muitos riscos. A continuidade

educativa, se traduzida em realidade concreta e numa perspectiva que vai do nascimento à fase adulta, pode ainda contribuir para construir e compartilhar uma cultura infantil, mas também para mudar metodologias e práticas de ensino e aprendizagem na escola primária e secundária numa perspectiva social, participativa e democrática.

Em diferentes proporções, o presente se manifesta problemático em ambos os países; contudo é importante pensarmos que o futuro não está dado e não será implacável; nos incentiva a asseverar nossa vigilância e a ampliar nossas ações. Nosso entendimento, nosso sonho, é de que o futuro pode/deve ser abalado e flexibilizado a favor de sumas concretizações que respeitem as crianças nas suas especificidades e em prol das necessárias denúncias contra desmandos e desrespeitos. “E tudo isso, com momentos, apenas, de desencanto, mas sem jamais perder a esperança” (...) “Não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertençamos, urge lutar com esperança e denodo” (FREIRE, 2000, p.61).

O Dossiê aqui apresentado, assim como outros trabalhos, representa a contribuição de pesquisadoras e pesquisadores nessa luta e conquista contínua ao reconhecimento das crianças pequenas como cidadãs do presente. Na sequência, anunciamos e comentamos as contribuições que compõem este trabalho.

O primeiro artigo, **Curriculum zero-seis: conhecimentos feitos de descobertas e reflexões**, de Agnese Infantino e Franca Zuccoli, discute as implicações pedagógicas decorrentes de dispositivos jurídicos recentes e de âmbito nacional na Itália - a Lei nº 107/2015 e o Decreto Legislativo n.º 65/2017. As autoras enfatizam que tal quadro legislativo e os resultados das pesquisas sobre crianças e a educação para essa etapa requerem uma abordagem capaz de valorizar a arte, a ciência e as linguagens para além das diferenciações disciplinares. Ao mesmo tempo, destacam as dificuldades de um sistema integrado ligado às diferentes perspectivas sobre a criança e às diferentes identidades culturais das creches e das pré-escolas.

O artigo **As rotinas: de hábitos estéreis a ações férteis**, escrito por Gianfranco Staccioli, propõe que as rotinas sejam experiências férteis, ricas, zelosas do humano nas relações entre adultos e crianças e das crianças entre si, permitindo autenticamente

experiências cidadãs nas quais são vistas e ouvidas e não ignoradas, desconsideradas nas suas subjetividades. Nesse sentido, Staccioli argumenta que falar de rotina no que se refere às crianças é uma contradição, pois toda ação do cotidiano é sempre diferente para elas e constitui uma oportunidade de descoberta e aprendizado porque, dentro de um quadro conhecido, permite fazer novas conexões e uma sistematização da experiência. As rotinas também têm um valor emocional importante, porque elas tranquilizam e inovam ao mesmo tempo e, portanto, integram uma parte de um *continuum* no processo de crescimento das crianças.

No artigo **Relação educativa, avaliação e trabalho de equipe**, de Antonio Gariboldi e Antonella Pugnaghi, a partir da análise de vídeo de trocas comunicativas com as crianças e do uso do CLASS (Sistema de avaliação da turma), explicitam e refletem sobre as dimensões organizacionais e relacionais de determinado contexto educacional como parte da sua “fisionomia educacional”, da sua identidade pedagógica. Para tal, destacam a importância de promover e apoiar a reflexão dentro de cada equipe pedagógica, valorizando os processos de avaliação formativa de contexto, de modo dialógico e negociado que lhes permite analisar aspectos-chave da ação educacional e que assim não ficam relegados ao critério de cada professor. Paralelamente ao nível individual e grupal, há uma maior consciência de si e das escolhas educacionais, um *habitus* mental que transforma a capacidade reflexiva e autorreflexiva de forma significativa e duradoura e, portanto, também as habilidades profissionais dos educadores e professores.

Em **Diferentes olhares para a creche: a avaliação de contexto com base no instrumento SPRING em um município da Emilia Romagna**, Catarina Moro nos apresenta um processo de auto e hetero-avaliação de contexto realizado em uma instituição conveniada em município da *Emilia Romagna/Itália*, a partir do instrumento SPRING. Na condição de observadora especializada e “estranha” ao processo, a autora traz considerações indicativas dos desafios subentendidos. O detalhamento da intencionalidade, dos procedimentos e da sistemática do processo em rede traz luzes e problematizações acerca da efetivação de processos similares de avaliação de contexto em diferentes realidades locais no Brasil, dispostas a enfrentar uma proposição deste tipo.

No artigo **O espaço-ambiente em uma perspectiva estético-didática para pensar a prática educativa e o currículo na educação infantil**, Daniele Marques Vieira discute o conceito de “espaço-ambiente” na conexão com perspectivas estruturais, estético-didáticas e relacionais. Para tal, se vale do diálogo com a pedagogia *reggiana* e com a abordagem sobre o imaginário espacial da infância, valorizando os saberes da prática, a observação acurada das crianças e a captação dos seus “dizeres” acerca das potencialidades, interesses e necessidades para a construção do currículo da educação infantil.

Mônica Appezzato Pinazza e Paulo Sérgio Fochi, no artigo **Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados**, ancoram a documentação pedagógica em intencionalidades pedagógicas participativas, investigativas, democráticas, atentas à qualidade das experiências vivenciadas por crianças e adultos em seus contextos educativos. Ou seja, os autores discutem a Documentação Pedagógica como “competência autoral e comunicativa de adultos e de crianças sensíveis” a partir de experiências significativas que oportunizam aprendizagens enriquecedoras em seus cotidianos educativos.

Em **Marcas de uma pedagogia tecida nas relações: Documentação Pedagógica como narrativa da experiência educativa na creche**, Luciane P. Simiano, Maria Carmen S. Barbosa e Clara Silva, a partir de uma pesquisa em quatro creches da cidade de Pistóia, na Itália, sustentam que a documentação pedagógica é uma narrativa que oferece visibilidade e sustenta as experiências educativas na creche. Independente das formas e tipos de documentação encontrados nas realidades pesquisadas, as autoras destacam elementos em comum: uma imagem de criança ativa, capaz de se relacionar, e um contexto educativo potencialmente rico em experiências; elementos que se entrelaçam nas relações entre professores, crianças e suas famílias. Para as autoras, a Documentação implica uma posição ética frente ao outro.

Bruna Ribeiro, no artigo **Avaliação da aprendizagem na educação infantil: Um estudo exploratório em 125 municípios brasileiros**, apresenta e discute parte dos resultados obtidos em um *survey* e na análise de instrumentos de avaliação utilizados em algumas redes de ensino públicas. Os dados analisados revelam uma concepção estreita



de currículo e aprendizagem, que enfatiza competências em língua portuguesa e matemática, principalmente. Em geral, as avaliações são padronizadas e desconsideram o percurso de aprendizagem cada criança. Enfim, indicam um longo distanciamento com práticas avaliativas de aprendizagem que assegurem o respeito aos direitos fundamentais das crianças, nos diferentes contextos de educação infantil no nosso país.

Em **O processo de autoavaliação dos professores da educação infantil sobre educação de gênero: uma pesquisa em contextos italianos e brasileiros**, Vittoria Castagna relata sua pesquisa de doutorado com o objetivo de construir uma ferramenta de auto-observação e avaliação para professores de pré-escola com relação à educação de gênero. Foi um processo participativo que envolveu os professores de duas creches em Palermo (Itália): através do uso de alguns itens escolhidos do AVSI e SOVASI e através da interação com o pesquisador, os professores puderam aumentar sua conscientização sobre suas práticas educativas em relação à educação de gênero e co-construir um novo instrumento autoavaliativo nessa especificidade. A pesquisadora, com base no instrumento elaborado, fez o processo de reflexão com professoras de um contexto educacional para a primeira infância de Curitiba. A investigação revelou a utilidade e a validade de um instrumento e de processos autorreflexivos para promover uma educação que permita que meninos e meninas explorem e aprendam de acordo com suas preferências e curiosidade, sem restrições e condicionamentos relacionados ao gênero.

Concluindo a parte referente ao conteúdo escrito do presente Dossiê, Gioconda Ghiggi, em **O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR) como espaço de formação continuada: As produções monográficas sobre Educação Infantil**, analisa monografias dos cursos de especialização em Educação das Relações Étnico-raciais, que tiveram como temática de pesquisa questões relacionadas à Educação Infantil. Os oito trabalhos investigados revelam a necessidade de mais discussão sobre a temática da Educação das Relações Étnico-raciais nas políticas educacionais dos municípios, assim como, na formação das professoras de Educação Infantil.

A **entrevista com as pesquisadoras Anna Bondioli e Donatella Savio, da Università Degli Studi di Pavia**, também compõe as temáticas em destaque e pode ser acompanhada

no registro videogravado, no qual as autoras compartilham conosco suas percepções e dados de estudos e pesquisas acerca das especificidades e da qualidade da educação e cuidado para as crianças de até seis anos, assim como, seus posicionamentos sobre as inovações na política de avaliação proposta pelo Ministério da Instrução, da Universidade e da Pesquisa (MIUR – correlato ao Ministério da Educação brasileiro, na Itália) a partir de 2015.

Fechando o dossiê, temos resenhas de três obras distintas. O documento do Ministério da Educação, publicizado no ano de 2015, **Contribuições para a política nacional - A avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**, foi resenhado por Maria Nilceia de Andrade Vieira. Na sequência temos dois livros: Kallyne Kafuri Alves nos apresenta a obra organizada por Laura Cipollone e originalmente publicada na Itália. No Brasil, o livro foi traduzido por Luiz Ernani Fritoli, editado para a Coleção **“Infância: Educação Infantil, Cultura e História”** da Editora UFPR e trazido a público em 2014, intitulado **Instrumentos e indicadores para avaliar a creche: um percurso de análise da qualidade**. O outro livro nos é apresentado na resenha de Giovanni Faedi. Foi organizado por Massimo Marcuccio e Paolo Zanelli, com o título ***Sguardi sul nido... Strumento per lo Sviluppo di Processi Riflessivi e Indagini valutative nei Nidi da parte dei Gruppi di lavoro educativi (SPRING)***, publicado na Itália em 2013 e ainda não conta com tradução para o português.

Antes de concluir esta apresentação, queremos agradecer dois apoios essenciais para a concretização deste trabalho: à CAPES, pela concessão da bolsa de Estágio Pós-Doutoral, que possibilitou a Catarina Moro estudar na *Università Degli Studi di Pavia*, estreitar relações e ampliar conhecimentos na área da educação infantil; e à Profa. Dra. Alessandra Rotta, da Universidade Federal de Santa Catarina, por oportunizar o contato com alguns de seus interlocutores italianos. Aos autores deste Dossiê também externamos gratidão pela confiança e parceria.

## Referências

AMARILHA, Marly; SILVA, Sayonara Fernandes da. Política de leitura na Educação Infantil: da gestão ao leitor. **Pro-Posições**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 93-114, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072016000200093&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072016000200093&lng=pt&nrm=iso)>.

BELMIRO, Celia Abicalil; BAPTISTA, Mônica Correia; GALVÃO, Cristiene de Souza Leite. O Texto Ficcional e a Experiência Literária dos Bebês. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 28, n. 3, p. 43-63, maio-ago. 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5275>>.

Brasil. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BUSS-SIMAO, MÁRCIA; ROCHA, ELOISA ACIRES CANDAL. Docência na educação infantil: uma análise das redes municipais no contexto catarinense. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230021, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100216&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100216&lng=pt&nrm=iso)>.

Decreto Legislativo 13 aprile 2017, n.65 – **Gazzetta Ufficiale** n.112 del 16-5-2017- Suppl. Ordinario n.23). Disponível em: <<http://www.gazzettaufficiale.it>>.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006-2014. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 51, p. 221-244, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182017000200221&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200221&lng=pt&nrm=iso)>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Ministero dell’Istruzione dell’Università e della Ricerca. Disponível em: <<http://www.miur.gov.it>>.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; KRAMER, Sonia. Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 152-175, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100008&lng=pt&nrm=iso)>.

SOUZA, Donaldo Bello de et al. Regime de colaboração e educação em tempo integral no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 540-561, jun. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742017000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200007&lng=pt&nrm=iso)>.

VIEIRA, Lívia Fraga; SOUZA, Gizele de. Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe\_1, p. 119-139, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602010000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000400006&lng=pt&nrm=iso)>.